

Pedir parecer para utilização não agrícola de solos de RAN (nos termos número 1 do art.º 22 do decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março)

Documentos necessários para as diferentes alíneas do artigo.

Alínea a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Cópia Declaração das Finanças de todos os Prédios existentes
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Contrato de arrendamento rural (caso aplicável)
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a atividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de atividade ou da declaração de IRS/IRC).

- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Declaração dos Serviços de Finanças, atestando que o(a) requerente e o(a) respetivo(a) cônjuge (caso aplicável), não é (são) proprietário(s) de qualquer outro edifício ou fração para fins habitacionais;
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a catividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de catividade ou da declaração de IRS/IRC).
- Estudo económico da exploração agrícola, com a demonstração de que esta origina um rendimento empresarial líquido na catividade agrícola maior ou igual ao salário mínimo nacional, sendo que na catividade agrícola podem-se incluir os rendimentos das catividades agrícolas, estrito senso, e das catividades agro-rurais complementares da catividade agrícola, não podendo estas ultrapassar 50 % do total; que o Valor

acrescentado líquido por UTA é superior a 1,5 vezes o salário mínimo nacional e que a habitação é necessária à catividade aí desenvolvida pelo requerente.

- Parecer DRAPN sobre a viabilidade da Exploração
- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos, caso se trate de reconstrução ou ampliação de edificação existente.
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respetivos agregados familiares, com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agrega

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Declaração dos Serviços de Finanças, atestando que o(a) requerente e o(a) respetivo(a) cônjuge (caso aplicável), não é (são) proprietário(s) de qualquer outro edifício ou fração para fins habitacionais;

- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos, caso se trate de reconstrução ou ampliação de edificação existente.
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho onde se localiza o prédio objeto da pretensão, em que constem: os limites de área e tipologia estabelecidos no regime de habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado familiar, a situação de disponibilidade de habitação social no Concelho e a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável
- Documento emitido pelos Serviços de Segurança Social que comprove a insuficiência económica do requerente e do seu agregado familiar, de acordo com os critérios da Lei de Apoio Judiciário e conforme modelo de requerimento em vigor naqueles serviços;
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea d) Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)

- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Contrato de arrendamento rural (caso aplicável)
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a catividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de catividade ou da declaração de IRS/IRC).
- Projeto de recuperação de solos
- Parecer da DRAPN atestando a viabilidade do Projeto de recuperação de solos apresentado
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea e) Prospeção geológica e hidrogeológica e exploração de recursos geológicos, e respetivos anexos de apoio à exploração, respeitada a legislação específica, nomeadamente no tocante aos planos de recuperação exigíveis

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas

- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos, caso se trate de reconstrução ou ampliação de edificação existente.
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Projeto de recuperação de solos
- Parecer da DRAPN atestando a viabilidade do Projeto de recuperação de solos apresentado
- Declaração emitida pelo Serviço ou Entidade da Administração Pública competente em razão da matéria, que reconheça o interesse do empreendimento em causa, caso este não se enquadre nas tipologias previstas no nº 2 do Artigo 12º da Portaria nº 162/2011, de 18 de abril.
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola, tal como identificados no regime de exercício da atividade industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)

- Cópia Declaração das Finanças de todos os Prédios existentes
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a catividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de catividade ou da declaração de IRS/IRC).
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Cópia da Licença de Funcionamento emitida ao abrigo do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de outubro (REAI), caso se trate de ampliação de unidade já instalada, acompanhada de Nota Justificativa de que a pretensão resulta de imposição legal ou de necessidade de reforço da viabilidade económica e não exista alternativa fora da RAN;
- Declaração DRAPN do REAI
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento
- Parecer da DRAPN a atestar a complementaridade da pretensão com a catividade agrícola

Alínea g) Estabelecimentos de turismo em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza, complementares à catividade agrícola;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.

- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a catividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de catividade ou da declaração de IRS/IRC).
- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos, caso se trate de reconstrução ou ampliação de edificação existente.
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento
- Parecer da DRAPN a atestar a complementaridade da pretensão com a catividade agrícola

Alínea h) Instalações de recreio e lazer complementares à catividade agrícola e ao espaço rural;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)

- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Cópia Declaração das Finanças de todos os Prédios existentes
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia do IE (Caracterização da Exploração Agrícola P3)
- Documento fiscal atualizado que comprove a catividade agrícola do requerente e respetivos rendimentos (cópia da declaração de início de catividade ou da declaração de IRS/IRC).
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento
- Parecer da DRAPN a atestar a complementaridade da pretensão com a catividade agrícola

Alínea i) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe declarados de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal, I. P., desde que não impliquem alterações irreversíveis na topografia do solo e não inviabilizem a sua eventual reutilização pela atividade agrícola;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)

- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Cópia Declaração das Finanças de todos os Prédios existentes
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento
- Declaração de interesse do Turismo de Portugal I.P.

Alínea j) Obras e intervenções indispensáveis à salvaguarda do património cultural, designadamente de natureza arqueológica, recuperação paisagística ou medidas de minimização determinados pelas autoridades competentes na área do ambiente;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.

- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Declaração da Câmara Municipal do Concelho que ateste a viabilidade da pretensão de acordo com o previsto e regulamentado no plano municipal de ordenamento do território aplicável;
- Pagamento
- Licença de Interesse da Entidade competente na matéria

Alínea I) Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infraestruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, de logística, de saneamento, de transporte e distribuição de energia elétrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações, bem como outras construções ou empreendimentos públicos ou de serviço público;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)

- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Declaração emitida pelo Serviço ou Entidade da Administração Pública competente em razão da matéria, que reconheça o interesse do empreendimento em causa, caso este não se enquadre nas tipologias previstas no nº 2 do Artigo 12º da Portaria nº 162/2011, de 18 de abril.
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea m) Obras indispensáveis para a proteção civil;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinalo o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Pagamento
- Parecer favorável da Autoridade Nacional de Proteção Civil

Alínea n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria;

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos
- Pagamento

Alínea o) Obras de captação de águas ou de implantação de infraestruturas

- Extrato da Carta de Ordenamento do PDM, com a respetiva legenda
- Extrato da Carta de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão,
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o

polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes)

- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)
- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento

Alínea p) Obras decorrentes de exigências legais supervenientes relativas à regularização de atividades económicas previamente exercidas;

- Extrato da(s) Carta(s) de Condicionantes do PDM, assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão, bem como a localização de todos os prédios de que o requerente seja proprietário no Concelho em causa e nos Concelhos limítrofes, disponível na Câmara Municipal
- Extrato da Carta Militar (escala 1:25.000), assinalando, de preferência com cor vermelha, o local da pretensão
- Extrato de ortofotomapa, em formato A4, à escala 1:5000 ou 1:2000, disponível gratuitamente na Internet (Google Earth, Lusiglobe, etc.), onde se assinale o polígono correspondente ao terreno em apreciação e se indique a implantação pretendida), bem como as coordenadas do local (disponíveis nas mesmas fontes);
- Planta de Pormenor (escala 1:1.000), assinalando devidamente o terreno e neste a área de implantação de todas as utilizações existentes e pretendidas, indicando os respetivos usos e áreas.
- Certidão de teor emitida pela conservatória do registo predial, atualizada, com as descrições e todas as inscrições em vigor, comprovando a titularidade do prédio em causa;
- Cópia da Caderneta Predial (ou da Planta de Cadastro, no caso dos Concelhos de Mogadouro e Lamego)

- Memória Descritiva da intervenção pretendida, sua natureza e características, onde conste explicitamente uma justificação para a localização e dimensão solicitadas
- Cópia de documento que comprove que a edificação existente esteja licenciada nos termos legalmente exigidos, caso se trate de reconstrução ou ampliação de edificação existente.
- Cópia da Licença de Funcionamento emitida ao abrigo do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de outubro (REAI), caso se trate de ampliação de unidade já instalada, acompanhada de Nota Justificativa de que a pretensão resulta de imposição legal ou de necessidade de reforço da viabilidade económica e não exista alternativa fora da RAN;
- Se a área da RAN estiver inserida em aproveitamento hidroagrícola, acresce o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e peças gráficas
- Pagamento